

## EMENDAS

# Relator quer aprovar o texto da reforma tributária ainda em 2019

### Ribeiro destaca que pela proposta a tributação será no destino e não mais na origem

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), disse ontem que a Casa está trabalhando para construir um texto que, se possível, possa ser aprovado ainda este ano. O deputado fez esta afirmação durante entrevista que concedeu a jornalistas após ter participado de seminário sobre o tema, realizado numa parceria entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o jornal Folha de S. Paulo.

“É um desejo nosso que pudesse ser aprovado ainda este ano. Acho que seria muito positivo para o Brasil o Parlamento poder entregar a reforma da Previdência e a tributária em 2019”, disse Ribeiro.

Durante sua apresentação no seminário, ele afirmou que o prazo para que sejam apresentadas as emendas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária se encerrará no final desta semana e que algumas das emendas apresentadas já teriam sido avaliadas.

Perguntado na entrevista se poderia adiantar algumas emendas que entrarão na reforma, o deputado disse que destacaria a

emenda que está para ser apresentada pelo Conseq, que trata de algumas medidas como a criação de um comitê, gestor, do prazo de transição.

O Conseq pede também a redução do prazo de transição de 50 anos para 22 anos. “É uma demanda que nós vamos fazer a avaliação devida. Não temos ainda uma posição fechada em relação a isso. É exatamente esse o papel da comissão, fazer a construção de um texto que politicamente possa ser aprovado”, disse Ribeiro.

Ribeiro reforçou ontem que a principal característica da proposta de reforma tributária é a tributação no destino, alterando o que se pratica atualmente que é tributação na origem. No momento, de acordo com o deputado, está sendo feito o aprofundamento da PEC.

“Já fizemos mais de 115 emendas à proposta e o prazo final para as emendas é o final desta semana”, disse o deputado. Ele acrescentou que está esperando a conclusão deste período e que o calendário das audiências públicas já está definido. “Uma grande diferença para mim em relação

às demais reformas é que estamos há 30 anos tentando fazer a reforma no Brasil. Outra diferença desta reforma é que ela conta com a disposição dos entes federados em reformar o nosso sistema tributário”, comentou.

O relator lembrou que há algumas semanas houve uma manifestação do Conseq, que inclusive apresentou uma emenda na direção de apoio à PEC 45. “Temos a manifestação dos municípios através do Confederação Nacional dos Municípios (CNM) que também deu seu apoio e fez algumas reivindicações”, disse o deputado. Segundo Ribeiro, esse ambiente federativo de desejo de uma reforma tributária possibilita sua aprovação. “Essa é uma das diferenças em relação às outras reformas, que sofreram resistências.”

Ao mesmo tempo, segundo Ribeiro, para respeitar o pacto federativo, está sendo dada autonomia para que tanto municípios quanto Estados e União possam definir suas alíquotas.

Ainda do ponto de vista federativo, segundo o deputado, existe uma preocupação com os Estados e que a ideia é criar um

fundo regional para acabar com a guerra fiscal, “Eu acho que todos os governadores hoje precisam ter a noção de que a guerra fiscal se tornou nociva”, disse o deputado, para quem com os recursos do fundo pode se gerar o desenvolvimento regional.

A ideia é negociar com o governo federal para que parte do fundo social da partilha do pré-sal possa ser usada para custear esse fundo regional.

O deputado disse ainda que a comissão especial que analisa a proposta de reforma tributária continua trabalhando para encontrar uma alternativa à criação de um imposto sobre transações financeiras, que viria para compensar a desoneração da folha de pagamento.

Uma alternativa, disse ele, seria a desoneração por faixas. Ou seja, desonerar onde se gera mais empregos. “Em alguns países, quando se desonerou a folha toda, acabou se aumentando salários, dando potencial maior ao patamar salarial. E nós estamos aqui olhando para o emprego e para dar equilíbrio aos setores que têm mão de obra intensiva”, disse, acrescentando se tratar de instrumentos que

podem ao mesmo tempo desonerar a folha e combater a regressividade.

Ribeiro explicou que a desoneração que está sendo proposta agora é diferente da desoneração da folha feita no governo petista de Dilma Rousseff, onde se desonerou a folha de alguns setores.

“O que estamos tratando aqui é do custo do emprego no Brasil. Estamos falando é de que a cada R\$ 100,00 você tem R\$ 71,00 de oneração da folha, enquanto nos países similares ao nosso esse custo é de R\$ 17,00 e nos Estados Unidos, de R\$ 8,80. Estamos falando é de se ter um país competitivo”, disse.

De acordo com o deputado, o problema do Brasil é que, por conta da Previdência, o País passou a ter um custo altíssimo na folha de pagamento. “Temos que ter cuidado para não desonerar a folha de vez, que era o que o governo pensava em fazer criando o CPMF. Na verdade, ele estava desonerando a folha e onerando todos os brasileiros e por um imposto pior, porque ele é cumulativo e o próprio governo, esse ou outro, pode aumentar. E nós não queremos isso”, disse.

## EXCESSO DE ESTOQUES

# Produção industrial teve crescimento em agosto, mas com índice menor

A produção industrial cresceu em agosto, mas num ritmo menor que o verificado em julho. O índice de evolução da produção atingiu 51,4 pontos em agosto, ante 53 pontos do mês anterior. O dado consta da pesquisa Sondagem Industrial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar de menor, o índice ficou acima da linha divisória de 50 pontos, o que indica aumento de produção. De acordo com a CNI, o crescimento da produção é comum no mês. No entanto, o resultado de agosto deste ano é inferior ao registrado no mesmo mês dos últimos anos, “o que significa dizer que o crescimento deste ano, na passagem de julho para agosto, foi menor e menos disseminado que em anos anteriores”.

A pesquisa mostra que o nível de estoques da indústria brasileira manteve-se estável em agosto, atingindo 50,1 pontos no mês. Essa estabilidade, destaca a pesquisa, ocasionou um ajuste parcial dos estoques, o que levou o índice de nível de estoque efetivo em relação ao planejado a recuar de 52,8 pontos para 51,7 pontos. O indicador da pesquisa varia de uma escala de zero a 100, onde valores acima de 50 pontos indicam crescimento do nível de estoques ou estoque efetivo acima do planejado.

“Ainda há estoques indesejados, mas o excesso não planejado diminuiu na comparação com o registrado em junho e julho. Esse resultado sugere que futuros aumentos da demanda, quando acontecerem, poderão gerar maior estímulo à produção”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo, em nota

divulgada pela entidade.

Para Azevedo, o excesso de estoques indesejados é uma das razões para o crescimento da produção em nível menos acelerado em agosto.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou um ponto percentual em agosto, subindo para 69%. O índice continua em trajetória próxima à observada no ano passado, mas distante do patamar registrado nos anos pré-crise. Segundo a pesquisa, a UCI está cinco pontos percentuais abaixo da média do mês de agosto, se considerado o período de 2011 a 2014.

Com relação ao índice de evolução do número de empregados, ele atingiu 48,6 pontos em agosto, um aumento de 0,2 ponto em relação a julho. Apesar da ligeira alta, o indicador continua abaixo de 50 pontos, o que sinaliza queda no emprego.

A Sondagem Industrial mostra que todos os índices de expectativas dos industriais apresentaram queda em setembro. Os índices de expectativa e demanda e quantidade exportada caíram 0,6 ponto; o índice de expectativa de compras de matérias-primas caiu em 0,9 ponto; e o índice quanto ao número de empregados recuou 0,1 ponto.

Apesar da queda, todos os índices permaneceram acima dos 50 pontos, o que ainda indica otimismo do setor.

Com relação à intenção de investimento, os empresários reduziram o apetite por investimento neste mês. O índice caiu 0,6 ponto na comparação mensal, atingindo 53,5 pontos. Apesar da queda, o índice está 2,7 pontos acima do registrado no mesmo período de 2018.

## INVESTIMENTO DE US\$ 9,470 BILHÕES

# Setor externo registrou déficit de US\$ 4,2 bilhões em agosto

Após o déficit de US\$ 9,035 bilhões em julho, o resultado das transações correntes ficou negativo em agosto deste ano, em US\$ 4,274 bilhões, informou o Banco Central. A instituição projetava para o mês passado déficit de US\$ 4,8 bilhões na conta corrente.

A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 2,664 bilhões em agosto, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 2,461 bilhões. A conta de renda primária também ficou deficitária, em US\$ 4,727 bilhões. No caso da conta financeira, o resultado ficou negativo em US\$ 4,152 bilhões.

No acumulado do ano até agosto, o rombo nas contas externas soma US\$ 30,277 bilhões. A estimativa do BC, do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de junho, é de déficit em conta corrente de US\$ 19,3 bilhões em 2019. Esta projeção será atualizada na próxima quinta-feira, na divulgação do RTI.

Já nos 12 meses até agosto deste ano, o saldo das transações correntes está negativo em US\$ 33,852 bilhões, o que representa 1,84% do Produto Interno Bruto (PIB).

A remessa de lucros e dividendos de companhias instaladas no Brasil para suas matrizes foi de US\$ 3,433 bilhões em agosto, informou o Banco Central. A saída líquida representa um volume superior aos US\$ 464 milhões que foram enviados em igual mês do ano passado, já descontados os ingressos.

No acumulado do ano até agosto, a saída líquida de recursos via remessa de lucros e dividendos alcançou US\$ 17,966 bilhões. A expectativa do BC é de que a remessa de lucros e dividendos de 2019 some US\$ 17,5 bilhões.

O BC informou também que as despesas com juros externos somaram US\$ 1,316 bilhão em agosto, ante US\$ 596 milhões em igual mês do ano passado. No acumulado do ano até agosto, essas despesas alcançaram US\$ 17,285 bilhões. Para este ano, o

BC projeta pagamento de juros no valor de US\$ 19,4 bilhões.

A conta de viagens internacionais voltou a registrar déficit em agosto, informou o Banco Central. No mês passado, a diferença entre o que os brasileiros gastaram lá fora e o que os estrangeiros desembolsaram no Brasil foi de um saldo negativo de US\$ 846 milhões. Em igual mês de 2018, o déficit nessa conta foi de US\$ 900 milhões.

O desempenho da conta de viagens internacionais foi determinado por despesas de brasileiros no exterior, que somaram US\$ 1,309 bilhão em agosto. Já o gasto dos estrangeiros em passeio pelo Brasil ficou em US\$ 464 milhões no mês passado.

No ano até agosto, o saldo líquido da conta de viagens ficou negativo em US\$ 7,876 bilhões. Para 2019, o BC estima um déficit de US\$ 12,0 bilhões.

A estimativa do Banco Central para a dívida externa brasileira em agosto é de US\$ 323,588 bilhões. Segundo a instituição, o ano de 2018 terminou com uma dívida de US\$ 320,612 bilhões.

A dívida externa de longo prazo atingiu US\$ 249,829 bilhões em agosto, enquanto o estoque de curto prazo ficou em US\$ 73,760 bilhões no fim do mês passado.

Os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 9,470 bilhões em agosto. Pelos cálculos do Banco Central, o IDP de junho indicaria entrada de US\$ 5,500 bilhões. No acumulado do ano até agosto, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo somou US\$ 41,213 bilhões. A estimativa do BC para este ano, atualizada em junho, é de IDP de US\$ 90,0 bilhões em 2019.

No acumulado dos 12 meses até agosto deste ano, o saldo de investimento estrangeiro ficou em US\$ 71,993 bilhões, o que representa 3,91% do Produto Interno Bruto (PIB).

O investimento estrangeiro em ações brasileiras ficou negativo em US\$ 3,486 bilhões em agosto, informou o Banco Central. Em igual mês do ano pas-

sado, o resultado havia sido negativo em US\$ 36 milhões.

No acumulado do ano até agosto, o saldo ficou negativo em US\$ 1,941 bilhão. Pelos cálculos do BC, o saldo das operações de investidores estrangeiros no mercado de ações será zero em 2019. Esta projeção considera as ações negociadas em bolsas brasileiras e no exterior e os fundos.

O investimento em fundos de investimentos no Brasil ficou positivo em US\$ 23 milhões em agosto. No mesmo mês do ano passado, ele havia sido negativo em US\$ 43 milhões. No acumulado do ano, houve aportes de US\$ 2,296 bilhões dos fundos de investimentos.

Já o saldo de investimento estrangeiro em títulos de renda fixa negociados no país ficou negativo em US\$ 3,130 bilhões em agosto. No mesmo mês do ano passado, havia ficado negativo em US\$ 7,750 bilhões.

No ano, o saldo em renda fixa ficou positivo em US\$ 8,073 bilhões. Para 2019, a estimativa do BC é de entradas de US\$ 15 bilhões nas operações com renda fixa.

O Banco Central informou que a taxa de rolagem de empréstimos de médio e longo prazos captados no exterior ficou em 254% em agosto. Esse patamar significa que houve captação de valor em quantidade para rolar compromissos das empresas no período. O resultado ficou acima do verificado em agosto do ano passado, quando a taxa havia sido de 152%.

De acordo com os números apresentados ontem pelo BC, a taxa de rolagem dos títulos de longo prazo ficou em 168% em agosto. Em igual mês de 2018, havia sido de 240%. Já os empréstimos diretos atingiram 256% no mês passado, ante 115% de agosto do ano anterior.

No ano até agosto, a taxa de rolagem total ficou em 104%. Os títulos de longo prazo tiveram taxa de 32% e os empréstimos diretos, de 165% no período. O BC estima taxa de rolagem de 85,0% para 2019.

## RECUPERAÇÃO

# Eduardo Leite prevê receita de R\$ 2 bilhões com privatização

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse ontem que espera arrecadar em torno de R\$ 2 bilhões com a privatização de três estatais que foram incluídas no plano de recuperação fiscal que o Estado apresentou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o objetivo de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). As empresas são a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (Sulgás) e Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM).

Leite ponderou, no entanto, que a receita a ser obtida com as privatizações vai depender da forma como for feito o processo. “A modelagem é que vai dizer efetivamente. O BNDES já está contratado para fazer o processo de modelagem.”

O governador gaúcho afirmou, também, que a venda do Banrisul poderia arrecadar entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões, mas que a privatização do banco não foi incluída no plano de recuperação fiscal. “Privatizar o banco demandaria muito esforço político e teria pouco resultado. A arrecadação seria suficiente para realizar um programa de investimentos, mas não resolveria o déficit nas contas públicas”, afirmou Leite.

Ao ser questionado se as privatizações e outras medidas contidas no plano de recuperação fiscal compensariam a receita de uma possível venda do Banrisul, o tucano respondeu que “as medidas têm que compensar”. “Se o Estado não admite discutir a privatização do Banrisul, tem que ajustar de outra forma as contas”, afirmou, acrescentando que outras medidas contidas no plano são, por exemplo, a reestruturação de carreira do funcionalismo público, uma reforma da previdência estadual e esforços fiscais para melhorar a arrecadação tributária.

Eduardo Leite disse esperar que a adesão do Rio Grande do Sul ao RRF ocorra ainda em 2019. O governador gaúcho afirmou que o Estado já apresentou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) um cenário básico do plano, com previsão de déficit de R\$ 30 bilhões nos próximos seis anos, e que agora começam as discussões sobre o que efetivamente vai integrar o plano. “É tudo negociação, são várias reuniões, você manda e-mails, monta planilhas. Eles contestam números, nós respondemos”, detalhou Leite.

O RRF foi desenhado pela União para socorrer Estados em profunda crise financeira. A adesão ao regime permitiria ao Rio Grande do Sul, por exemplo, antecipar 50% do valor das privatizações e deixar de pagar parcelas da dívida com a União por três anos.

Pela manhã, em palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Leite afirmou que a responsabilidade fiscal não é uma opção dos governos e deve ser a premissa básica. O governador destacou, ainda, que o déficit esperado para as contas públicas do Rio Grande do Sul em 2019 é de R\$ 4,5 bilhões e que o rombo nas contas da previdência é de R\$ 12 bilhões.

“Não tem saída que não passe por reformas estruturantes nas carreiras do serviço público”, afirmou Eduardo Leite, admitindo que essas mudanças são politicamente difíceis. O governador disse, no entanto, que tem uma base de apoio na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que apoia sua agenda e que é a favor, por exemplo, de privatizações e parcerias público-privadas (PPPs). “Temos um ambiente menos hostil ao investidor privado”, disse Leite.

**Vert Companhia Securitizadora**  
CNPJ/MF: 25.005.683/0001-09 - NIRE: 35.300.492.307  
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28.08.2019.  
Data, Hora, Local: 28.08.2019, às 10h00, na sede social, Rua Cardenal Arcoverde, nº 2365, 7º andar, São Paulo/SP.  
Presença: totalidade do capital social. Mesa: Filipe Prosa Ferreira, Presidente; Martha de Sá Passôa, Secretária.  
Deliberações Aprovadas: (i) a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e/ou de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e/ou de quaisquer outros valores mobiliários que não dependam de aprovação do Conselho de Administração até o limite global de R\$ 20.000.000.000,00, em diversas emissões de uma ou mais séries.  
Encerramento: Nada mais. Ações/Atas: Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (p. suas representantes legais) Fernando Oliveira Ribeiro Prado de Mello e Martha de Sá Passôa; Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello e Martha de Sá Passôa. JUCESP nº 500.112/19-8 em 17.09.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO**  
EDUARDO REFINETTI GUARDIA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 088666638/40, DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.850.082/0001-00, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040. ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF, Avenida Presidente Vargas, nº 730, 19º andar, Centro, 20071-900 Rio de Janeiro - RJ.